



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A injustiça em um lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Vinte livros na ilha

Aqui e ali, continua a formular-se a velha pergunta: se fosse obrigado a passar seis meses numa ilha deserta, com direito a levar vinte livros, que obras escolheria?

A indagação é capciosa e convida à cisma, quando a resposta exige cálculo e meditação. Entre o sonho da aventura e o exame das preferências que podem ou devem ser confessadas, há espaço, não para vinte livros, mas para toda uma cultura de homem, com as suas inclinações, as suas idiossincrasias e principalmente as suas deficiências. Como o problema da cultura é também um problema de ordem pessoal, que não se resolve senão no sentido da nossa formação humana, fazer tal pergunta a uma pessoa é quase indagar da qualidade de sua inteligência e da profundidade de sua alma. Os seus vinte livros preferidos serão outros tantos retratos ou feições do seu espírito.

No fundo da pergunta, porém, é fácil descobrir logo outra preocupação, além dessa declarada sobre os tais vinte livros. E vem a ser o gosto romântico que todos nós guardamos pela viagem, cada vez menos possível, às terras misteriosas que a civilização não desencantou. No mundo moderno, esse nomadismo elementar do homem encontra satisfação nas inúmeras possibilidades que lhe oferecem trens, aviões e navios em contínuo movimento a serviço do comércio e do tédio capitalista. Resta, portanto, um recurso: viajar só, para uma ilha deserta. Ou naufragar, como Robinson Crusóé, e ir anotar sensações novas de viagem numa ilha distante, onde houvesse coqueiros, macacos, passos na areia...

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Confissões de Minas**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 203-204)

1. A frase *A indagação é capciosa e convida à cisma* encontra redação de sentido equivalente em
 - (A) a pergunta é artilosa e chama ao devaneio.
 - (B) o inquérito é indiscreto e leva à desconfiança.
 - (C) a questão é dúbia e incita ao descrédito.
 - (D) a interrogação é complexa e supõe análise.
 - (E) a dúvida é matreira e impõe um pressuposto.

2. A indagação expressa no início do texto ganha, no último parágrafo,
 - (A) o peso de uma dúvida, ao se imaginar que uma simples proposição de autores não leva a nenhuma conclusão.
 - (B) um reforço, pois se acentua a curiosidade quanto à importância dos livros que alguém deverá escolher.
 - (C) uma variação temática, pela relevância de um interesse outro subjacente à questão inicialmente proposta.
 - (D) um encaminhamento para a resposta a ser dada, por conta dos critérios de valor agora explicitados.
 - (E) uma contraposição radical, já que a proposição do primeiro parágrafo tem agora sua relevância anulada.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *a resposta exige cálculo e meditação* (2º parágrafo) = a demanda implica medida e concentração.
 - (B) *E vem a ser o gosto romântico* (3º parágrafo) = E é uma inclinação sentimental.
 - (C) *com as suas inclinações* (2º parágrafo) = mediante seus desvirtuamentos.
 - (D) *serão outros tantos retratos* (2º parágrafo) = constituirão diversas exposições.
 - (E) *a civilização não desencantou* (3º parágrafo) = a urbanidade não desestimulou.

4. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para integrar adequadamente a frase:
 - (A) Muitos dos anseios aos quais se (**curvar**) são na verdade caprichos dele, como o de habitar uma ilha.
 - (B) Velhas perguntas imaginosas a toda hora se (**formular**), só para se avaliar o caráter de quem responde.
 - (C) As ilhas em que se (**imaginar**) viver dias tranquilos podem propiciar surpresas desagradáveis.
 - (D) Todas as suas aspirações (**poder**) uma ilha proporcionar-lhe caso ele não temesse o mar.
 - (E) A muitos curiosos (**intrigar**) esse tipo de pergunta especulativa, que pretende revelar algo íntimo do próximo.



5. Todos nós temos um traço romântico que gostamos de preservar.

A frase acima permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o elemento sublinhado por:

- (A) ao qual nos envaidecemos.
- (B) de que amamos cultuar.
- (C) cujo mantemos vivo.
- (D) onde nos orgulhamos.
- (E) de que não abrimos mão.

6. [...] esse *nomadismo elementar do homem encontra satisfação nas inúmeras possibilidades que lhe oferecem trens, aviões e navios*.

Transpondo-se o período acima para a **voz passiva**, as formas verbais deverão ficar

- (A) é encontrado – têm oferecido
- (B) terá encontrado – terá oferecido
- (C) é encontrada – são oferecidas
- (D) será encontrado – serão oferecidas
- (E) vem a encontrar – oferecer-se-ão

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Lembrança de Orides

A conhecida quadrinha abaixo, de uma cantiga de roda que alguns de nós já teremos cantado nas ruas da infância, é tomada como epígrafe do livro Helianto (1973), de Orides Fontela:

*“Menina, minha menina
Faz favor de entrar na roda
Cante um verso bem bonito
Diga adeus e vá-se embora”*

Contextualizada no livro e na densa poesia de Orides, a quadrinha se redimensiona: fala de nosso efêmera ocupação do centro da vida, da necessidade de ali entoarmos nosso canto antes de partirmos para sempre. A quadrinha, cantada por Orides, ganha um halo trágico e duramente belo, soma a voz pessoal e o destino de todos.

Trata-se, enfim, de pontuar nossa passagem pela vida com algum verso bem bonito antes da despedida derradeira. Trata-se, em outras palavras, de justificar o tempo que temos para viver construindo alguma coisa que sirva a alguém.

A menina Orides soube fazer cantar sua entrada na roda da vida em tom ao mesmo tempo alto e meditativo, e o deixou vibrando para nós. Será essa, talvez, a contribuição maior dos poetas: elevar nossa vida à altura que nos fazem chegar suas palavras – mesmo que seja a altura singela de uma cantiga de roda, que Orides registrou, aliás, no modo de seu fatalismo íntimo.

(Deolindo Setúbal, a publicar)

7. Ao comentar o sentido que a quadrinha popular ganha ao figurar como epígrafe no livro de poemas de Orides Fontela, o autor do texto

- (A) afirma que a originalidade inicial desses versos ficou comprometida por conta da fragilização de sua poesia.
- (B) vê consolidar-se a simplicidade ingênua desses versos aproveitados num livro que os homenageia por essas qualidades.
- (C) faz crer que a adesão de Orides a uma reminiscência de sua infância se dá em tom nostálgico e ameno.
- (D) considera que essa poeta recolheu esses versos sobretudo pela admiração que ela tem pela forma fixa das trovinhas.
- (E) reconhece que nesse novo contexto poético os versos da cantiga ressoam numa dimensão trágica.



8. As reflexões contidas nesse texto fazem crer que as mensagens verbais, escritas, faladas ou cantadas,
- (A) estão sujeitas a uma tal flutuação de sentido que é inútil buscar objetivá-lo nelas.
 - (B) significam, por conta da elasticidade das palavras, o que queremos que signifiquem.
 - (C) têm seu sentido determinado, em boa parte, pelo contexto que vêm a integrar.
 - (D) dependem, para sua alta compreensão, do sentido que lhes define um dicionário.
 - (E) independem do uso que delas fazemos, por conta de sua determinação semântica.
-
9. *Será essa, talvez, a contribuição maior dos poetas: eleva nossa vida à altura que nos fazem chegar suas palavras.*
- Numa nova redação, o trecho acima permanecerá correto e terá seu sentido preservado caso se substitua o segmento sublinhado por:
- (A) induzir-nos a uma tal elevação de vida que acesse o plano mais alto das palavras.
 - (B) fazer com que nossa vida se eleve ao plano a que nos fazem chegar suas palavras.
 - (C) promover à mesma altura que tem nossas vidas nas palavras que nos fazem chegar.
 - (D) deixar nas alturas tanto a vida como as palavras que lhes competem chegar.
 - (E) permitir que cheguemos, com nossas palavras, ao plano elevado em que estão.
-
10. Considere as seguintes orações:
- I. As cantigas de roda são poéticas.
 - II. As cantigas costumam ser alegres.
 - III. Há quem faça dessas letras uma leitura sombria.
- Essas três orações integram-se com coesão, coerência e correção neste período único:
- (A) Ainda quando sendo sombria a leitura de uma cantiga de roda, costumeiramente são alegres e poéticas.
 - (B) Alguns fazem das cantigas de roda uma leitura sombria, ainda quando costumem ser alegres e poéticas.
 - (C) São poéticas e alegres as costumeiras cantigas de roda, porquanto se faça delas uma leitura sombria.
 - (D) Embora costumem ser alegres, há quem faça uma leitura sombria das poéticas cantigas de roda.
 - (E) São costumeiramente alegres as poéticas cantigas de roda, cuja leitura por vezes seja sombria.
-
11. É inteiramente regular a pontuação da frase:
- (A) Não obstante essa cantiga, tomada por Orides como epígrafe, de um poema seja uma celebração, a poeta viu nela com seus olhos líricos a sombra de um sentido trágico.
 - (B) Não obstante, essa cantiga tomada por Orides como epígrafe de um poema, seja uma celebração, a poeta viu nela, com seus olhos líricos a sombra de um sentido trágico.
 - (C) Não obstante essa cantiga, tomada por Orides, como epígrafe de um poema seja uma celebração, a poeta viu nela com seus olhos líricos, a sombra de um sentido trágico.
 - (D) Não obstante, essa cantiga tomada, por Orides como epígrafe, de um poema, seja uma celebração, a poeta viu nela com seus olhos líricos, a sombra de um sentido trágico.
 - (E) Não obstante essa cantiga, tomada por Orides como epígrafe de um poema, seja uma celebração, a poeta viu nela, com seus olhos líricos, a sombra de um sentido trágico.
-
12. Considera-se a mesma pessoa verbal nas flexões dos verbos **fazer**, **cantar** e **dizer** em:
- (A) faz – canta – diz
 - (B) faz – cante – dize
 - (C) faça – cantes – digas
 - (D) fazei – cantai – digam
 - (E) fazei – cante – diga



Atenção: Para responder às questões de números 13 a 18, baseie-se no texto abaixo.

Trata-se uma pequena parte do “Prefácio” que o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) escreveu para seu livro **Era dos extremos – O breve século XX – 1914 – 1991**, publicado em 1994.

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou de historiadores posteriores.

Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro, e durante a maior parte desse tempo – do início da adolescência até hoje – tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época mais como contemporâneo que como estudioso. Este é um dos motivos pelos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914.

Acho que já é possível ver o Breve Século XX – de 1914 até o fim da era soviética – dentro de uma certa perspectiva histórica. [...] Claro, na prática é completamente impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século, como, por exemplo, o historiador da Antiguidade clássica conhece tudo sobre esse longo período. O máximo que consegui foi mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controvertidas – a história da Guerra Fria ou dos anos 30, por exemplo – o suficiente para convencer-me de que as opiniões expressas neste livro são defensáveis à luz da pesquisa especializada. Claro, posso não ter conseguido. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância e defendo opiniões polêmicas.

Este livro, portanto, assenta-se sobre alicerces bastante irregulares. Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Espero ter transmitido aos leitores algo do que aprendi por tê-lo feito.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, p. 7)

13. Eric Hobsbawm esclarece basicamente, neste prefácio, que
- (A) a ampla historiografia do século XX permitiu que ele desconsiderasse sua angustiação pessoal e se debruçasse sobre os documentos mais reveladores de nossa época.
 - (B) um historiador exerce sua análise mais objetiva e mais profunda quando se debruça sobre as impressões acerca de uma época que testemunhou longamente.
 - (C) a distância histórica costuma quase sempre falsear a perspectiva do historiador, ao contrário do que ocorre com os memorialistas e os autores de autobiografias.
 - (D) seu relato histórico carece de distanciamento temporal mas tira partido de vivências pessoais e aplicadas pesquisas sobre os temas mais candentes.
 - (E) a brevidade do século de que tratará em seu livro facilitou o trabalho de quem esteve presente e atuou decisivamente nos principais eventos da política moderna.
-
14. Considerando-se o contexto, há o sentido de uma **contraposição** entre as seguintes referências:
- (A) *defendo opiniões polêmicas // alicerces bastante irregulares*
 - (B) *uma história do século XX // a maior parte da época de que trata este livro*
 - (C) *questões mais espinhosas e controvertidas // a história da Guerra Fria ou dos anos 30*
 - (D) *o historiador da Antiguidade clássica // fontes de época ou de historiadores posteriores*
 - (E) *uma época conhecida apenas de fora // mais como contemporâneo que como estudioso*
-
15. Uma das razões pelas quais Hobsbawm justifica seu livro como uma contribuição histórica está sugerida em
- (A) *questões quanto às quais [...] defendo opiniões polêmicas* (3º parágrafo)
 - (B) *por intermédio de fontes da época ou de historiadores posteriores* (1º parágrafo)
 - (C) *mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controvertidas* (3º parágrafo)
 - (D) *impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século* (3º parágrafo)
 - (E) *evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914* (2º parágrafo)
-
16. No primeiro parágrafo, a expressão **quando mais não fosse** pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido e para a sintaxe da frase que integra, por:
- (A) até mesmo
 - (B) mesmo sendo
 - (C) muito embora
 - (D) desde que se considerasse
 - (E) tendo em vista



17. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância.

A frase acima permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o segmento sublinhado por

- (A) a propósito de cujas tenho incompetência
- (B) com as quais preciso me restringir
- (C) por cujas não devo me manifestar
- (D) sobre as quais não tenho domínio
- (E) à que não me cabe opinar

18. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Haverão de mergulhar no tempo espinhoso da História os que com ela se comprometem.
- (B) Não se podem testemunhar legitimamente sobre épocas em que não se viveu.
- (C) Consultou-se com bastante afincos fontes históricas para a produção desse livro.
- (D) Sobre graves assuntos públicos não queiram manifestar-se quem apenas emita opiniões.
- (E) Devem-se aos confessos alicerces irregulares a solidez desse monumento historiográfico.

Matemática e Raciocínio-Lógico

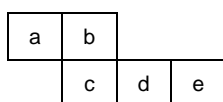
19. Os números de 1 a 9 devem ser escritos no quadriculado 3×3 da figura, sem repetições, de forma que o produto dos três números de cada linha e de cada coluna seja igual ao número indicado. Por exemplo, o produto dos três números da primeira linha deve resultar em 70 e o produto dos três números da primeira coluna deve ser 64.

			70
			48
			108
64	45	126	

A soma dos números que devem ser colocados nos quadradinhos pintados de cinza é

- (A) 12
- (B) 6
- (C) 9
- (D) 16
- (E) 15

20. A figura mostra um pedaço de papel que pode ser dobrado nas linhas de forma a montar uma caixa aberta.



A face oposta à abertura da caixa é

- (A) c
- (B) a
- (C) b
- (D) e
- (E) d



21. Júlia tinha que adicionar 26 ao número que já estava em sua calculadora, mas apertou o sinal de subtração e obteve -14. O número que deveria ter obtido é
- (A) 36
 - (B) 30
 - (C) 12
 - (D) 38
 - (E) 42
-
22. Um campeonato de judô contou com seis atletas. Cada atleta participante lutou exatamente uma vez contra cada um de seus oponentes. Nesse campeonato, uma vitória vale 2 pontos, um empate vale 1 ponto e uma derrota vale 0. Ao final do campeonato, um dos atletas somou 8 pontos, outro somou 6 pontos, e os quatro restantes obtiveram o mesmo número de pontos cada um. O número de pontos de cada um dos quatro atletas restantes é
- (A) 4
 - (B) 2
 - (C) 3
 - (D) 1
 - (E) 5
-
23. As idades das quatro primas Fernanda, Gláucia, Helena e Íris são 13, 18, 22 e 24, embora não necessariamente nessa ordem. Fernanda é mais nova do que Helena. A soma das idades de Íris e Fernanda é divisível por 5. A soma das idades de Íris e Helena também é divisível por 5. A soma das idades de Fernanda e Gláucia é
- (A) 31
 - (B) 37
 - (C) 40
 - (D) 42
 - (E) 46
-
24. Alberto e mais quatro amigos recebem um salário médio mensal de R\$ 6.000,00. A partir do próximo mês apenas Alberto recebeu um aumento de 10% e, com isso, a nova média salarial do grupo passou a ser R\$ 6.180,00. O salário de Alberto, em reais, antes do aumento era de
- (A) 8.900,00
 - (B) 12.000,00
 - (C) 9.900,00
 - (D) 9.000,00
 - (E) 8.000,00

Legislação

25. Para os efeitos da Lei nº 8.112/1990 "a *pessoa legalmente investida em cargo público*" é denominada
- (A) titular de cargo público.
 - (B) agente público.
 - (C) servidor.
 - (D) ocupante de cargo público.
 - (E) funcionário público em exercício.



26. O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região realizou concurso de provas, em duas etapas. O edital foi publicado no Diário Oficial da União. O concurso público teve validade de 1 ano, tendo sido prorrogado uma única vez, por igual período. Expirado o prazo de validade do concurso, mesmo havendo lista com candidato aprovado, foi aberto novo concurso. Houve ofensa aos regramentos previstos na Lei nº 8.112/1990, pois
- (A) o novo concurso somente poderia ter sido aberto após esgotada a lista de classificação do concurso anterior.
 - (B) o concurso não poderia ter sido realizado em duas etapas.
 - (C) não poderia ter havido prorrogação da validade do concurso.
 - (D) a validade do concurso deveria ter sido de dois anos.
 - (E) o edital também deveria ter sido publicado em jornal diário de grande circulação.
-
27. Determinado servidor, durante o exercício das atribuições do cargo, tirou as licenças para capacitação I remuneração, para tratar de interesses particulares II remuneração e para o desempenho de mandato classista III remuneração. Nos termos da Lei nº 8.112/90, as lacunas **I**, **II** e **III** devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:
- (A) com – sem – com
 - (B) com – sem – sem
 - (C) sem – sem – sem
 - (D) com – com – com
 - (E) sem – com – com
-
28. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 17ª Região, para decisão sobre uniformização de jurisprudência, cancelamento de súmula e deliberação sobre aprovação de emenda regimental é necessário, respectivamente, quórum de
- (A) maioria absoluta, dois terços e dois terços dos membros efetivos do Tribunal.
 - (B) maioria absoluta, maioria absoluta e maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal.
 - (C) dois terços, dois terços e dois terços dos membros efetivos do Tribunal.
 - (D) maioria absoluta, maioria absoluta e dois terços dos membros efetivos do Tribunal.
 - (E) dois terços, dois terços e maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal.
-
29. O Regimento Interno do TRT da 17ª Região estabelece que a competência do Tribunal Pleno para *processar e julgar os dissídios coletivos de natureza econômica, jurídica ou mista no âmbito de sua jurisdição, suas revisões e os pedidos de extensão das sentenças normativas, bem como para processar e julgar as ações anulatórias de cláusula de convenção ou acordo coletivo com abrangência territorial igual ou inferior à jurisdição do Tribunal* é denominada
- (A) privativa e originária.
 - (B) comum e subsidiária.
 - (C) residual e qualificada.
 - (D) recursal e ordinária.
 - (E) regimental e colegiada.
-
30. No caso de processos que têm como parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional, o Regimento Interno do TRT da 17ª Região especifica que devem ser remetidos ao Ministério Público do Trabalho
- (A) apenas durante a correição.
 - (B) por amostragem.
 - (C) facultativamente.
 - (D) desde que a requerimento de uma dessas partes.
 - (E) obrigatoriamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Os moradores de uma mesma região desejam criar uma associação para defesa de seus interesses comuns. Em conformidade com a Constituição Federal, a criação dessa associação
- (A) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e terá, se expressamente autorizada, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (B) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e terá, independentemente de autorização, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (C) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e terá, se expressamente autorizada, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (D) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e terá, independentemente de autorização, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (E) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e terá, independentemente de autorização, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
-
32. Roberta é secretária executiva com vínculo empregatício em uma empresa privada há mais de dois anos. Em conformidade com a Constituição Federal, é direito de Roberta, dentre outros, seguro-desemprego, em caso de desemprego
- (A) involuntário (dispensa por justa causa); remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; décimo terceiro salário com base na remuneração integral.
 - (B) voluntário ou involuntário; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; décimo terceiro salário com base na remuneração integral.
 - (C) voluntário ou involuntário; décimo terceiro salário com base na remuneração integral; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
 - (D) involuntário (dispensa sem justa causa); décimo terceiro salário com base na remuneração integral; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
 - (E) voluntário ou involuntário; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
-
33. Zuri nasceu em Angola, país onde a língua portuguesa é o idioma oficial, e Hanna nasceu na Alemanha, país onde o alemão é o idioma oficial. Ponderando que Zuri seja uma angolana que resida há um ano ininterrupto no Brasil e Hanna seja uma alemã que resida há onze anos ininterruptos no Brasil, bem como que ambas possuam idoneidade moral e nenhuma das duas tenha condenação penal, de acordo com a Constituição Federal, considerando-se somente os dados fornecidos, Zuri
- (A) e Hanna, independentemente do idioma oficial do seu país de origem, podem se naturalizar brasileiras apenas após quinze anos ininterruptos de residência no Brasil.
 - (B) pode se naturalizar brasileira, desde que, na forma da lei, adquira tal nacionalidade, pois reside no Brasil por um ano ininterrupto, enquanto Hanna não pode se naturalizar brasileira, pois reside há menos de quinze anos ininterruptos no Brasil.
 - (C) não pode se naturalizar brasileira, pois reside no Brasil há menos de cinco anos ininterruptos, assim como Hanna também não pode se naturalizar brasileira, uma vez que reside há menos de quinze anos ininterruptos no Brasil.
 - (D) pode se naturalizar brasileira, desde que, na forma da lei, adquira tal nacionalidade, pois reside no Brasil por um ano ininterrupto, assim como Hanna também pode se naturalizar brasileira, uma vez que reside há mais de dez anos ininterruptos no Brasil.
 - (E) não pode se naturalizar brasileira, pois reside no Brasil há menos de cinco anos ininterruptos, enquanto Hanna pode se naturalizar brasileira, uma vez que reside há mais de dez anos ininterruptos no Brasil.
-
34. Eduardo foi eleito Governador do Estado "X" e Paloma, sua sobrinha (parente afim de 3º grau), pretende, pela primeira vez, candidatar-se nas próximas eleições para Prefeita no município "Y", o qual pertence ao Estado "X". Em conformidade com a Constituição Federal, considerando apenas as informações fornecidas, Paloma é
- (A) inelegível, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (B) inelegível, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, apenas os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território e do Distrito Federal, independentemente de já ser titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (C) inelegível, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, independentemente de já ser titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (D) elegível, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, apenas os parentes consanguíneos, até o segundo grau, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território e do Distrito Federal, independentemente de ser já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (E) elegível, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.



35. Considerando que "PVA" seja um partido político e que ele tenha direito a recursos do fundo partidário, em conformidade com a Constituição Federal, deve-se observar que o partido "PVA" é
- (A) proibido de receber recursos financeiros de governo estrangeiro, mas autorizado a recebê-los de entidade estrangeira, e deve aplicar no mínimo 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
 - (B) proibido de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes e deve aplicar no mínimo 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
 - (C) proibido de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes e deve aplicar no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
 - (D) autorizado a receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes e deve aplicar no mínimo 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
 - (E) autorizado a receber recursos financeiros de governo estrangeiro, mas proibido de recebê-los de entidade estrangeira, e deve aplicar no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
-
36. Marcela é servidora pública nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, tendo adquirido estabilidade. Em conformidade com a Constituição Federal, Marcela
- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, se extinto o seu cargo ou declarada a sua desnecessidade.
 - (B) será aposentada imediatamente, de acordo com o regime próprio da previdência social, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se extinto o seu cargo ou declarada a sua desnecessidade.
 - (C) ficará em disponibilidade, sem perceber remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, se extinto o seu cargo ou se declarada a sua desnecessidade.
 - (D) ficará em disponibilidade, sem perceber remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, apenas se extinto o seu cargo.
 - (E) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, apenas se declarada a desnecessidade de seu cargo.
-
37. No que concerne à carreira da Magistratura, considere:
- I. É obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.
 - II. A promoção por merecimento pressupõe no mínimo três anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
 - III. Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- Em conformidade com a Constituição Federal, a promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, deve atender o constante em
- (A) III, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
38. Anderson é advogado brasileiro com notável saber jurídico e reputação ilibada, tem trinta e quatro anos de idade e onze anos de efetiva atividade profissional. Considerando apenas os dados fornecidos, em conformidade com a Constituição Federal, Anderson
- (A) poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho como Ministro, devendo ser nomeado pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples da Câmara dos Deputados.
 - (B) não poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho como Ministro, pois tem menos de trinta e cinco anos de idade.
 - (C) não poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho como Ministro, pois possui menos de quinze anos de efetiva atividade profissional.
 - (D) poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho como Ministro, devendo ser nomeado pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (E) poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho como Ministro, devendo ser nomeado pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.

**Noções de Direito Administrativo**

39. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990, são todas hipóteses, dentre outras, nas quais ocorre a vacância de cargo público:
- (A) promoção, posse em outro cargo inacumulável, reversão, remoção.
 - (B) posse em outro cargo inacumulável, promoção, reversão, reintegração.
 - (C) demissão, falecimento, recondução, reversão.
 - (D) exoneração, promoção, readaptação, aposentadoria.
 - (E) aproveitamento, exoneração, transferência, falecimento.
-
40. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990, sobre a gratificação natalina devida aos servidores públicos,
- (A) seu valor deverá ser considerado para cálculo das demais vantagens pecuniárias.
 - (B) ao servidor exonerado não é devido o seu pagamento, ainda que proporcional aos meses trabalhados.
 - (C) a fração igual ou superior a 10 dias será considerada como mês integral.
 - (D) esta será paga até o dia 25 do mês de dezembro de cada ano.
 - (E) esta corresponderá a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
-
41. De acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores sobre o processo administrativo disciplinar,
- (A) as testemunhas serão inquiridas separadamente; contudo, caso haja mais de um acusado, deverão ser eles ouvidos em conjunto, de acordo com o princípio da celeridade.
 - (B) desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
 - (C) na portaria de instauração do processo administrativo disciplinar, é obrigatória a descrição pormenorizada dos fatos imputados ao servidor a serem apurados, em obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
 - (D) ainda que autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa, não será permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, em razão do princípio da supremacia do interesse público.
 - (E) o depoimento no processo administrativo será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito, salvo se a testemunha for servidor público.
-
42. O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de **..I..** dias, o encaminhará à autoridade superior. Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de **.II.** dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de **III** dias úteis, apresentem alegações.
- Conforme estabelece a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, as lacunas **I**, **II** e **III** devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:
- (A) 5 – 15 – 2
 - (B) 15 – 60 – 2
 - (C) 10 – 15 – 5
 - (D) 5 – 30 – 5
 - (E) 10 – 30 – 8
-
43. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca do direito de greve do servidor público,
- (A) em regra, a Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre.
 - (B) a justiça trabalhista é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
 - (C) é vedado o parcelamento dos valores referentes aos dias parados e não compensados da remuneração do servidor grevista.
 - (D) o exercício do direito de greve é permitido aos policiais civis e a aos servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública, desde que não tenha cunho político.
 - (E) o desconto dos dias parados da remuneração do servidor grevista será cabível ainda que se demonstre que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.



44. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, bem como do entendimento dos Tribunais Superiores acerca dos servidores públicos,
- (A) a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende aos empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
 - (B) aos estados da federação é vedado o estabelecimento, por qualquer meio, de diferenças de idade e tempo de contribuição para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
 - (C) os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sempre sujeitos à devolução.
 - (D) mesmo nas hipóteses de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, aos servidores que forem titulares de cargos efetivos é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.
 - (E) lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
-
45. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo,
- (A) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, haverá a sua desfiliação desse regime no ente federativo de origem.
 - (B) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, não haverá contagem de seu tempo de serviço para qualquer efeito legal.
 - (C) investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, não será afastado do cargo, emprego ou função e continuará percebendo as suas vantagens, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - (D) investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo, emprego ou função, haja ou não compatibilidade de horários, sendo-lhe vedada sua remuneração.
 - (E) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
-
46. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, bem como do entendimento dos Tribunais Superiores,
- (A) nos casos de ato de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito ou que causem lesão ao erário, é permitida a decretação de indisponibilidade dos valores depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente, ainda que inferiores à quantia de quarenta salários-mínimos.
 - (B) é vedada a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada em ação de improbidade administrativa nas demandas ajuizadas com esteio na prática de conduta que atente contra os princípios da administração pública que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.
 - (C) o pedido de indisponibilidade de bens dos réus a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 dias.
 - (D) é possível a determinação de indisponibilidade de bens em valor superior ao indicado na inicial da ação de improbidade, visando a garantir o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, levando-se em consideração, até mesmo, o valor de possível multa civil como sanção autônoma, haja vista que a indisponibilidade acautelatória prevista na Lei de Improbidade Administrativa tem como finalidade a reparação integral dos danos que porventura tenham sido causados ao erário.
 - (E) nos casos de ato de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito em decorrência de se auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, é permitida a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, independentemente da comprovação de que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.

Noções de Administração Pública

47. No que concerne aos tipos de estrutura organizacional, o cotejo entre uma estrutura tipicamente divisional e outra que se caracterize como matricial permite identificar
- (A) a existência de traços comuns, como a divisão de atividades pelo critério funcional, e de alguns traços distintivos, como a apuração de resultados de forma global na estrutura matricial e por centro de custos na divisional.
 - (B) a ausência de diferenças relevantes, sendo a divisional uma evolução do modelo matricial operado a partir da especialização por produtos decorrente do modelo mecanicista.
 - (C) a ruptura do modelo de departamentalização operado com a passagem do modelo divisional para o matricial, dado que este último substituiu os centros de custos pela matriz de resultados.
 - (D) dois modelos diametralmente opostos, sendo o divisional pautado pela departamentalização por funções e o matricial pautado na departamentalização geográfica, este último introduzindo o conceito de matriz e filial.
 - (E) especificidades do modelo matricial em relação ao modelo divisional, eis que dele se diferencia por uma maior flexibilidade decorrente da existência de órgãos de duração temporária vinculados a projetos.



48. Entre as características básicas das organizações formais modernas, a literatura aponta a distribuição da autoridade e da responsabilidade como um dos seus pilares e, nesse sentido, a denominada cadeia escalar corresponde
- (A) à linha de autoridade que parte do topo da hierarquia até os níveis mais baixos, de acordo com a qual as ordens deverão descer desde o nível em que são dadas até chegar a quem as executa.
 - (B) à transmissão de conhecimento entre os integrantes da organização, que prescinde de hierarquia formal.
 - (C) ao ajuste de atuações entre os integrantes de um mesmo nível hierárquico, que não pressupõe, portanto, uma relação de subordinação.
 - (D) à sequência de ações internalizadas na organização de forma programada e que não demanda a emissão de ordem ou comando superior para sua execução.
 - (E) à cadeia de responsabilidades inerentes a cada função ou cargo da organização, concatenadas de forma orgânica e horizontal.
-
49. O modelo de gestão de pessoas por competências aplicado às organizações, pressupõe a realização
- (A) da classificação dos profissionais disponíveis na organização em uma escala de desempenho, utilizada como base para desligamentos e evolução funcional.
 - (B) da etapa de mapeamento de competências, na qual são identificadas as habilidades técnicas e comportamentais demandadas para cada cargo da organização.
 - (C) da classificação dos colaboradores da organização de acordo com o desempenho técnico e emocional.
 - (D) da identificação do “estado da arte” da organização em relação às boas práticas de gestão e governança.
 - (E) de uma abordagem de fora para dentro, com a internalização de profissionais de ponta em postos-chave da organização.
-
50. De acordo com o Método OKR (*Objectives and Key Results*), consistente em uma das ferramentas contemporâneas de planejamento no âmbito das organizações, os denominados Resultados-Chave (KR)
- (A) são caracterizados como guias operacionais a serem seguidas pela organização para atingimento das metas qualitativas e quantitativas, estas que são desdobramentos dos objetivos propriamente ditos.
 - (B) correspondem a metas (quantitativas) com impacto direto no atingimento do objetivo estabelecido, este último de natureza qualitativa e que traduz o que a organização pretende atingir.
 - (C) ostentam caráter qualitativo, indicando a direção a ser perseguida pela organização e os ajustes de rota que precisam ser promovidos para o atingimento do objetivo, este sempre representado por alguma métrica de incremento.
 - (D) consistem nas principais habilidades que devem ser desenvolvidas pelos integrantes da organização (*soft skills*), diversamente dos denominados *Key Performance Indicator* (KPI) que medem aspectos técnicos (*hard skills*).
 - (E) representam a dimensão tática do planejamento estratégico, consistentes em um conjunto de ações a serem implementadas para atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.
-
51. Uma liderança baseada no modelo transacional apresenta como característica presente na atuação do líder
- (A) um caráter coercitivo e autoritário em relação aos liderados, cujo esforço não é recompensado de forma direta em face dos resultados alcançados.
 - (B) a preocupação com a transmissão de conhecimentos e formação de novos líderes, buscando maior mobilidade nas estruturas organizacionais.
 - (C) o carisma como fator indutor da atuação dos liderados, resultando em um modelo de natureza personalista.
 - (D) uma relação de troca com os liderados, que perseguem os objetivos estabelecidos com base em recompensas ofertadas.
 - (E) uma predisposição de avaliação positiva em relação aos liderados que redundam em um maior grau de liberdade com liderança compartilhada.
-
52. Uma organização que apresente um percentual de decisões não programadas significativamente superior ao de decisões programadas, considerando os conceitos que permeiam tal categorização corrente na doutrina,
- (A) costuma tomar decisões de forma extemporânea, resultando em soluções ultrapassadas ou inadequadas para os problemas apresentados.
 - (B) provavelmente possui pouca recorrência de situações e problemas semelhantes em que seria possível utilizar o acervo de soluções padronizadas presente na organização.
 - (C) situa-se em um estágio embrionário de gestão de pessoas, com elevado grau de amadorismo daqueles que tomam as decisões.
 - (D) caracteriza-se como uma organização mecanicista em que não há estímulo à inovação, utilizando fórmulas simplistas para problemas complexos.
 - (E) não é dotada da necessária especialização funcional que permitiria um maior número de decisões programadas, estas sempre superiores qualitativamente.



53. De acordo com os conceitos predicados pela Teoria do Reforço, de Skinner, o denominado reforço negativo corresponde
- (A) à valência adquirida por determinados incentivos em face da percepção emocionalmente desfavorável do agente ou do grupo.
 - (B) a algum tipo de punição aplicada quando há um comportamento indesejado, buscando evitar sua repetição e coibir outros agentes.
 - (C) a estímulos externos que reforçam o caráter negativo de algum comportamento individual, como o isolamento do agente pelo grupo.
 - (D) à remoção de algum estímulo aversivo capaz de fortalecer ou induzir algum tipo de reação ou comportamento desejado.
 - (E) à repetição sistemática pela alta cúpula da organização de *standards* de comportamentos e condutas eticamente reproáveis.
-
54. Considere que determinada organização pretenda implementar gestão por projetos baseada na metodologia *Program Evaluation and Review Technique* (PERT). De acordo com conceitos predicados por referida metodologia, o tempo de execução dos projetos da organização será calculado
- (A) de acordo com o nível de complexidade do projeto e com a criticidade dos eventos de risco envolvidos na correspondente execução.
 - (B) conforme a média aritmética do tempo de conclusão das atividades envolvidas, partindo de dados de ações similares precedentemente realizadas.
 - (C) a partir de uma média ponderada das estimativas de tempo das atividades (provável, pessimista e otimista).
 - (D) pela ponderação das horas demandadas para cada atividade com o número de colaboradores alocados.
 - (E) pela média de produtividade da equipe nos últimos doze meses, ponderada com o incremento ou redução do volume de trabalho projetado.
-

Noções de Orçamento Público

55. A Lei Orçamentária Anual de um ente público municipal referente ao exercício financeiro de 2022, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) deve apresentar as receitas previstas com aluguéis, alienação de bens móveis, amortização de empréstimos e operações de crédito por antecipação da receita como Receitas de Capital.
 - (B) cumpre com os princípios orçamentários da universalidade e da exclusividade, se ela fixar despesa para a devolução de depósito caução recebido por uma fundação instituída e mantida pelo referido ente.
 - (C) cumpre com o princípio orçamentário da competência, se ela apresentar a previsão da receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria segundo o fato gerador destas receitas.
 - (D) pode conter autorização ao Poder Executivo do referido ente para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro de 2022, operações de crédito por antecipação da receita para atender a insuficiências de caixa.
 - (E) pode conter autorização ao Poder Executivo do referido ente para abrir créditos extraordinários até o limite de 1,2% do superávit financeiro apurado no Balanço Financeiro do ano de 2021.
-
56. Na execução orçamentária de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) a liquidação da despesa por serviço de jardinagem prestado tem por fim apurar a importância exata a ser paga ao prestador do referido serviço.
 - (B) a liquidação da despesa pelo fornecimento de materiais de limpeza ao referido ente consiste na entrega de numerário ao fornecedor desses materiais.
 - (C) o empenho por estimativa é utilizado pelo referido ente para despesas contratuais sujeitas a parcelamento, como os compromissos decorrentes de aluguéis.
 - (D) o empenho da despesa por serviço de jardinagem prestado deve ter por base os comprovantes da prestação efetiva do referido serviço.
 - (E) o regime de adiantamento é utilizado para casos especiais em que a emissão da nota de empenho é dispensada.
-
57. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de um ente público referente ao exercício financeiro de 2023 deve
- (A) estar integrado pelo Anexo de Metas Fiscais que conterà demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária com as metas constantes no Orçamento Fiscal.
 - (B) estar integrado pelo Anexo de Metas Fiscais que conterà avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício financeiro de 2021.
 - (C) conter sumário geral da receita orçamentária prevista por fontes e da despesa orçamentária fixada por funções relativas ao exercício financeiro de 2023.
 - (D) estar integrado por demonstrativo que conterà a execução das despesas, por função e subfunção, relativas ao exercício financeiro de 2022.
 - (E) estabelecer normas relativas à gestão financeira e patrimonial de uma fundação instituída e mantida pelo referido ente.
-



58. Para a apuração da Receita Corrente Líquida de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, um ente público deve considerar no cômputo as receitas decorrentes de
- (A) Valores Mobiliários, Receitas de Serviços e Receita Industrial.
 - (B) Operações de Crédito, Operações de Crédito por Antecipação de Receita e Amortização de Empréstimos.
 - (C) Contribuições, Receita Patrimonial e Alienação de Bens.
 - (D) Valores Mobiliários, Receita Agropecuária e Depósito Caução Recebido.
 - (E) Amortização de Empréstimos, Contribuições e Receita Industrial.

59. As receitas discriminadas a seguir, cujos valores estão expressos em reais (R\$), são de um ente público municipal e referentes ao exercício financeiro de 2021.

Receitas Corrente e de Capital Previstas	85.900.000,00
Receita Corrente Arrecadada.....	43.400.000,00
Receita Corrente Líquida	33.100.000,00
Receita de Capital Arrecadada.....	29.150.000,00

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do referido ente, no exercício financeiro de 2021, foi, em R\$,

- (A) 39.177.000,00
 - (B) 46.386.000,00
 - (C) 17.874.000,00
 - (D) 23.436.000,00
 - (E) 19.860.000,00
60. De acordo com a Constituição Federal de 1988,
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja iniciativa de elaboração é do Poder Legislativo, deve estabelecer os resultados primário, orçamentário e patrimonial de um ente público.
 - (B) o Orçamento Fiscal deve informar as despesas realizadas por um ente em um exercício financeiro, apresentando-as em termos de classificação funcional.
 - (C) o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social integram o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (D) o Plano Plurianual deve dispor sobre as condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas.
 - (E) o Poder Executivo deve publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

61. Uma despesa obrigatória de caráter continuado, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, é aquela derivada de lei que fixa a um ente público a obrigação de
- (A) adquirir um veículo que será utilizado para o transporte de idosos.
 - (B) prover auxílio financeiro pelo período de 8 meses para famílias afetadas por uma enchente.
 - (C) prover alimentos pelo período de 12 meses para famílias afetadas por uma enchente.
 - (D) construir moradias populares em um prazo de 4 anos.
 - (E) distribuir gratuitamente materiais escolares por um período de 3 anos.

62. Considere as afirmativas a seguir que versam sobre créditos adicionais:
- I. Os créditos especiais são autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
 - II. A abertura dos créditos extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
 - III. Para a abertura de crédito suplementar no exercício financeiro de 2022, um gestor pode utilizar como fonte de recursos, desde que não comprometidos, o superávit financeiro apurado em Balanço Financeiro do ano de 2021.
 - IV. Os créditos suplementares abertos em junho de 2022 são válidos até junho de 2023.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

**Gestão de Pessoas**

63. O processo de mudança em uma organização é sustentado por estratégias e técnicas de intervenção no âmbito do desenvolvimento organizacional. Entre as técnicas de intervenção comumente apontadas pela literatura insere-se
- (A) a Curva ABC, que corresponde à realização de um mapeamento dos principais desafios no processo de mudança organizacional e proposição de uma estratégia sustentável de enfrentamento.
 - (B) o treinamento da sensibilidade, em que os *T-groups* são orientados por um líder treinado para aumentar a sensibilidade e as habilidades de relacionamento interpessoal dos integrantes.
 - (C) o recongelamento, que é a fase inicial do processo de mudança, onde são identificados os comportamentos condicionados dos integrantes do grupo.
 - (D) o Diagrama de Ishikawa, que mapeia as quatro dimensões do processo de mudança: interna, interpessoal, psicológica e do conhecimento.
 - (E) o *Downsizing*, em que a alta liderança busca internalizar novas práticas a partir de uma abordagem “do topo para a base”.
-
64. O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), implantado nos termos do Decreto nº 5.378/2005, contemplou a denominada Carta de Serviço, que consiste em
- (A) compromisso firmado pelas empresas estatais, autarquias e fundações perante o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a partir do qual a entidade obtinha maior grau de autonomia.
 - (B) desdobramento do programa de governo do Chefe do Executivo, em que as propostas são desdobradas em ações concretas, com seu orçamento, prazo de execução e impacto social.
 - (C) instrumento de participação popular em que os cidadãos apresentam à Administração seus pleitos em relação ao aprimoramento dos serviços públicos ou de outras ações públicas.
 - (D) documento em que a organização pública informa aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões estabelecidos.
 - (E) manual de boas práticas de gestão a ser adotado no âmbito da Administração direta e indireta federal, inspirado em *benchmark* internacional, com métrica para avaliação dos resultados obtidos.
-
65. Uma das conhecidas abordagens sobre motivação no ambiente organizacional é a apresentada por McGregor, consistente na Teoria Y, de acordo com a qual
- (A) o controle externo e a ameaça são desnecessários, já que o esforço e a responsabilidade no trabalho são naturais para as pessoas comuns.
 - (B) o reforço positivo é mais efetivo que as punições para gerar a motivação, devendo ser aplicado sempre em caráter preferencial.
 - (C) os fatores que induzem motivação são extrínsecos ao ser humano e o esforço é sempre em função das recompensas ofertadas.
 - (D) o homem médio não gosta do trabalho e necessita ser controlado e dirigido para realizar minimamente suas tarefas.
 - (E) embora a motivação seja algo inerente à maioria das pessoas, existe um percentual (menor que 50%) que necessita de estímulos externos.
-
66. Considere que determinada organização tenha por premissa a adoção de um modelo de tomada de decisões de natureza consensual e pretenda migrar para um modelo consultivo. Essa mudança de paradigma significará que
- (A) será abandonada qualquer forma de oitiva ou participação dos integrantes na tomada de decisões estratégicas, ficando adstritos a decisões de ordem operacional.
 - (B) não mais prevalecerá a posição da maioria, colhida por votação, mas sim a diretriz técnica apresentada por especialista interno ou externo.
 - (C) será mantida a oitiva dos membros da organização, porém não haverá o compromisso de que a decisão reflita a posição central dos opinantes.
 - (D) os membros da organização deixam de opinar no processo decisório, que passa a ser integralmente conduzido pela alta liderança.
 - (E) ocorrerá uma inversão no processo, dado que a solução será formulada por um grupo reduzido e depois validada ou referendada pela maioria dos envolvidos.



67. Entre as teorias que buscam explicar e classificar os estilos de liderança organizacional, o modelo situacional inspirado nos estudos de Paul Hersey e Kenneth Blanchard introduz, como variável relevante a ser considerada,
- (A) o ambiente externo em que se insere a organização, sendo que ameaças externas demandam liderança coercitiva.
 - (B) o vetor de orientação desejado na atuação do líder, que pode ser direcionado a resultados tangíveis (vetor eficiência/eficácia) ou para aprimoramento dos liderados (vetor melhoria dos processos organizacionais).
 - (C) a estrutura de poder vigente na organização, dado que o estilo de liderança deve ser modulado de acordo com o grau de poder de coerção colocado à disposição dos líderes constituídos.
 - (D) o grau de maturidade dos liderados, assim considerada a capacidade e a vontade de assumir responsabilidade para realização das tarefas (maturidade no trabalho e maturidade psicológica).
 - (E) o binômio estrutura de iniciação, correspondente à capacidade do líder de estruturar o próprio comportamento, e estrutura de desempenho, consistente na capacidade de delegar tarefas e controlar resultados.
-
68. A aplicação da conhecida ferramenta metodológica *Balance Scorecard* (BSC) envolve, necessariamente, a
- (A) identificação das principais atividades e processos da organização, agrupando-as em uma matriz de dupla entrada: fatores exógenos e fatores endógenos.
 - (B) categorização de metas qualitativas e quantitativas, organizadas sob forma gráfica, em uma representação conhecida como Diagrama de Pareto.
 - (C) ênfase na dimensão financeira, que possui peso superior às demais perspectivas consagradas na metodologia, como gestão de pessoas e de processos internos.
 - (D) elaboração de uma matriz BCG, que é um fluxograma de *inputs* e *outputs* entre os processos internos da organização e os objetivos estratégicos adotados.
 - (E) construção do mapa estratégico, o qual contempla relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos distribuídos entre as perspectivas da metodologia.
-
69. Entre as metodologias consagradas para avaliação de desempenho comumente apontadas pela literatura e aplicadas no âmbito das organizações, pode-se citar o método denominado Incidentes Críticos, no qual
- (A) aplica-se um questionário em que o avaliado aponta as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas atribuições a partir do qual é traçado um plano de aprimoramento.
 - (B) aplica-se uma dinâmica de grupo em que os avaliados precisam apresentar soluções rápidas para ameaças ou situações críticas, e recebem a pontuação correspondente.
 - (C) são considerados os resultados extremos da atuação e comportamento do avaliado, registrando-se aspectos excepcionalmente positivos e negativos.
 - (D) o resultado é obtido a partir de uma ponderação matemática das faltas funcionais cometidas pelo avaliado no período estabelecido para avaliação.
 - (E) é feita uma análise crítica da performance dos avaliados a partir da comparação com referenciais ou paradigmas do mercado de trabalho.
-
70. A gestão do desempenho no âmbito das organizações afigura-se como um desafio constante e em determinadas situações podem ocorrer vícios ou desvios em processos de avaliação, mesmo quando realizados de forma profissional. De acordo com o que aponta a literatura, quando verificado o vício denominado recenticidade, o mesmo se dá porque o avaliador
- (A) leva em conta apenas comportamentos e resultados cronologicamente mais próximos da avaliação e não todo o histórico do avaliado.
 - (B) não apresenta o preparo necessário para avaliar o universo de colaboradores, dado o limitado número de experiências similares anteriores.
 - (C) deixa-se influenciar por desavenças ou preconceitos em relação ao avaliado e atribui viés negativo à avaliação.
 - (D) acaba por padronizar as avaliações a partir de um extrato específico de avaliados, extrapolando os resultados da amostra com base em critérios subjetivos.
 - (E) baliza o resultado das avaliações individuais apenas por uma característica mais evidente (positiva ou negativa) do avaliado.